

## **IMAGENS, MÁSCARAS E MITOS**



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade

FERNANDO FERREIRA COSTA

**E D I T O R A**  
**U N I C A M P**

Conselho Editorial

Presidente

PAULO FRANCHETTI

ALCIR PÉCORA – ARLEY RAMOS MORENO

JOSÉ A. R. GONTIJO – JOSÉ ROBERTO ZAN

LUIS FERNANDO CERIBELLI MADI – MARCELO KNOBEL

SEDI HIRANO – WILSON CANO

**MAILDE JERÔNIMO TRÍPOLI**

**IMAGENS, MÁSCARAS E MITOS  
O NEGRO NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS**

**E D I T O R A U N I C A M P**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

---

T737i Trípoli, Mailde Jerônimo  
Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis / Mailde  
Jerônimo Trípoli. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

1. Assis, Machado de, 1839-1908 - Crítica e interpretação. 2. Literatura bra-  
sileira – História e crítica. 3. Escravidão na literatura. I. Título.

ISBN 85-268- 0740-4

CDD B869.09  
809.8896

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Literatura brasileira - História e crítica	B869.09
2. Escravidão na literatura	809.8896

Copyright © by Mailde Jerônimo Trípoli  
Copyright © 2006 by Editora da UNICAMP

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada  
em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos  
ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

## AGRADECIMENTOS

Na realização deste livro, contei com o apoio e a colaboração de muitas pessoas que, de alguma maneira, estiveram comigo nesse percurso; gostaria de agradecer a todas elas e, em especial, à Suzi F. Sperber, minha orientadora, pelo acompanhamento, pela confiança, por suas leituras, críticas e sugestões cuidadosas. Um carinho especial pela amizade que prezo muito.

Aos professores do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), pela condução no aprendizado da tecedura desta “rede de significantes” que é o discurso literário.

Aos professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Célia Maria Marinho Azevedo e Sidney Chalhoub, pelas discussões, troca de idéias e sugestões valiosas por ocasião da elaboração do projeto.

A John Gledson, grande estudioso de Machado de Assis, pela conversa, pelos questionamentos e incentivo.

Aos colegas de curso, que se tornaram amigos, em especial à Márcia, à Neli e ao Antônio Carlos.

Às amigas Paola, Silvia, Raquel, Simone, Fernanda e Luzia (que também fez a revisão da dissertação de mestrado), pela manifestação de amizade num momento muito decisivo.

À Tamar, irmã de coração, pela localização de um exemplar do romance *Ourika*, de Mme. Duras.

À Sarah Brenzikofer, tradutora do resumo para o inglês, pela colaboração e pelo carinho.

Ao Paulo Franchetti, pelas discussões, pela disponibilidade, incentivo e amizade.

À Marisa Lajolo, por todo carinho, confiança, incentivo, leitura e importantes sugestões.

Ao professor Octavio Ianni, pela leitura atenta e por suas preciosas sugestões por ocasião da qualificação.

Ao René, com muito carinho, pela paciência, compreensão, presença e generosidade nos gestos e atitudes com que estimulou este trabalho.

Ao CNPq, pela bolsa concedida no período de março de 1994 a agosto de 1996.

Meu reconhecimento e agradecimentos à FAPESP pelo apoio para a publicação desta obra.

*Para René Brenzikofer,*  
amorosamente.





A dissimulação é um dever  
quando a sinceridade é um perigo.

Não se perde nada em parecer mau;  
ganha-se quase sempre tanto como em sê-lo.

A paisagem depende do ponto de vista;  
o melhor modo de apreciar o chicote é ter-  
lhe o cabo na mão.

MACHADO DE ASSIS



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 PELO BOSQUE DAS HISTÓRIAS .....	19
UM PASSEIO PELO BOSQUE DAS HISTÓRIAS .....	19
A DIFERENÇA E A DESIGUALDADE .....	33
2 OLHARES E PONTOS DE VISTA .....	47
UMA HISTÓRIA DE QUILOMBOLAS .....	47
ROMANCES ANTIESCRAVISTAS E ESTEREÓTIPOS .....	52
ESCRITOR ABOLICIONISTA, ROMANCE NEM TANTO .....	69
3 MACHADO DE ASSIS .....	81
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	81
MACHADO DE ASSIS E A ESCRAVIDÃO .....	88
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	135
BIBLIOGRAFIA .....	143
ANEXO 1 .....	153
ANEXO 2 .....	157



## INTRODUÇÃO

Eu sou eu. O outro é o outro. Entre essas duas afirmativas tautológicas existe a diferença. Diferença que assegura que eu não sou o outro e que este não sou eu. A diferença surge da noção de igualdade, cuja referência é o “eu”. Se o outro não é meu espelho, não é igual a mim; conseqüentemente, isso pode gerar um estranhamento, afastamento, rejeição, e despertar o instinto natural de autodefesa. Da noção de diferença nasce o etnocentrismo, em que prevalece como melhor, mais adequado e universal, o padrão de comportamento, além dos valores de um “eu” em detrimento do outro, ignorando-o pela diferença e negando-lhe o estatuto de alteridade. A escravidão perpassa esse estatuto.

A escravidão foi um fenômeno histórico que não começou no Novo Mundo, mas que aqui floresceu como planta em solo fértil, produzindo muitos frutos secos e amargos. Sua justificativa primeira, dissimulando o interesse econômico, foi a diferença e a inferioridade do sujeito a ser escravizado. Felizmente, não se tratando de um fato ou direito natural, pôde, ainda que a duras penas, ter seu fim decretado por uma lei. Os preconceitos e o racismo, por sua vez, são de caráter ideológico e psíquico: são passíveis de fomentação e introjeção, passam pelo emocional, social e cultural. Não podem ser eliminados por decretos ou leis.

A rejeição, manifesta contra a escravidão, levou os escravistas a buscarem alternativas que justificassem a manutenção da insti-

tuição. Isso conduziu a uma exacerbação dos argumentos desqualificadores e de desprezo do homem negro, como pessoa, com características diferentes do homem branco. Esse recrudescimento ideológico fomentou a criação de “doutrinas” raciais, a que Tzvetan Todorov denomina “racialismo”, cuja origem é o racismo, porém mais danoso, sendo o racismo um “comportamento [...] de ódio e desprezo com respeito a pessoas com características físicas bem definidas e diferentes das nossas; um comportamento antigo e de extensão provavelmente universal”, e o racialismo, “um movimento de idéias nascido na Europa Ocidental cujo grande período vai de meados do século XVIII a meados do século XX”;<sup>1</sup> em ambos os casos, o que está em questão é a afirmação do “eu” e a negação do outro.

Essas idéias, assim como os escravos, atravessaram o oceano e aportaram aqui. Assim como os negros, as idéias também se propagaram. A história dessa propagação, a sua representação, bem como de que forma nossos escritores a absorveram, são elementos presentes em obras literárias. Paul Ricoeur afirma que “a ficção é imitação [...] da ação, isto é, disto que já conhecemos como ação e interação no envolvimento físico e social”.<sup>2</sup> Ao buscarmos a personagem negra na literatura, objetivo deste trabalho, estamos também buscando a representação dessa “ação e interação” do elemento negro na sociedade do seu tempo. Ivor A. Richards reflete que a arte não nasce do nada, mas de uma experiência individual, dentro de um determinado contexto histórico social.<sup>3</sup> Considerando essa reflexão, sentimos que seria necessário passar, ainda que a passos largos, pelo percurso da história da escravidão, de forma a nos situarmos no contexto socioeconômico do período em estudo. Fazemos isso em “Um passeio pelo bosque das histórias” e “A diferença e a desigualdade”.

A participação histórica do autor, como cidadão e sujeito do meio em que escreve, é, na maioria das vezes, perceptível em sua obra. No caso da escravidão, por exemplo, mesmo sem ser bio-

gráfica, a obra nos oferece indícios dedutíveis de seu posicionamento em relação à ideologia vigente — se ele é um escravocrata ou abolicionista, por exemplo —, com suas nuances e combinações possíveis. Naturalmente, não nos estamos referindo ao “eu” ficcional, e sim ao posicionamento que assume o autor empírico, por exemplo, com relação às diferentes manifestações de valores estéticos, morais e culturais. Veremos isso analisado em “Romances antiescravistas e estereótipos”, “Escritor abolicionista, romance nem tanto” e “História de um quilombola”.

Para melhor compreensão do posicionamento do autor com respeito ao negro, trabalharemos com uma noção de identidade emprestada de Paul Ricoeur. Ao desenvolver seu ensaio, “L’identité narrative”, Paul Ricoeur busca esclarecer a ambigüidade semântica que existe na noção de identidade, duas significações diferentes que se sobrepõem: “idem” (mesmidade) e “ipse” (ipseidade). A primeira, no sentido de idêntico, extremamente parecido, análogo. Seu contrário seria o diferente, mutável, no sentido de ipse, idêntico a um *si mesmo*. “Un individu est identique à soi-même.”<sup>4</sup>

Nesse caso, o contrário seria o *outro*, o *estrangeiro*. O que entendemos aqui é que a identidade definida pela mesmidade passa pelo viés do olhar do outro. O semelhante não é o próprio, é o diferente. A identidade *ipseidade* caracteriza o sujeito da linguagem e do domínio da ação, a partir da perspectiva do próprio sujeito. É o próprio.

As teorias raciais e crenças etnocêntricas apregoavam uma hierarquia etnográfica na qual o negro ocupava o último grau da escala social. Assim, ainda que elemento integrante — junto com o branco e o índio — da civilização brasileira, era marginalizado. A literatura não o omitiu, mas sua voz e ação, muitas vezes, quando não apagadas, foram tolhidas, distorcidas ou mascaradas. Sua presença, em geral, se dá por tipos. O indivíduo representa o coletivo. Estereotipada, a imagem do negro passa de dócil, infantil, fiel, subjugada a violenta, feroz, vingativa, demo-

níaca, em razão dos interesses do momento e do contexto em que é inserido o estereótipo. A literatura espelha isso.

A identidade do negro, como personagem literária, passava quase que somente pela *mesmidade*, posto não ser senhor da enunciação. O discurso a seu respeito variava — e ainda acontece assim — conforme o posicionamento de quem escrevia: o escravocrata o apresentava como um beneficiado da “civilização” à qual fora trazido, livrando-se da escravidão cruel em sua própria terra e tendo sua alma salva, ao tomar conhecimento do Deus verdadeiro. A condição escrava era o baixo *preço* que o escravizado pagava pela civilidade que recebia.

O discurso abolicionista ocorria em duas vertentes: a humanitária, que descreve o escravo como um sujeito explorado, sofrido, maltratado, digno e merecedor de reabilitação da condição humana e jurídica de sujeito; outra, a positivista, evolucionista, que vê na escravidão, conforme as idéias correntes de modernidade, o atraso e a impossibilidade de desenvolvimento do país. Neste caso, o escravo era o incapaz, o relutante, o preguiçoso, o de vida desordenada, cujo contato contaminava e degenerava.

Nesses discursos, a classificação não é estanque. Textos qualificados em uma das duas categorias, às vezes, trazem em seu interior pequenos deslizos do autor, que denunciam um posicionamento diferente do anunciado ou proposto. *As vítimas algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo, a ser analisado, é um bom exemplo disso; embora se apresente como um libelo contra a escravidão, seu discurso é, ao mesmo tempo, antinegro. Torres-Homem, em seu ensaio contra a escravidão, relata que:

[o escravo] não tendo motivação para o trabalho, abandona-se completamente ao pendor da inércia, e da preguiça, torna-se máquina obstinada, uma máquina difícil de conduzir. Os golpes do asurrague são ineficazes meios para substituir os estimulantes naturais do trabalho: *a experiência de todos os dias tem mostrado, que o escravo acaba por habituar-se aos suplícios os mais duros.*<sup>5</sup>



Como se sabe, Torres-Homem, nosso visconde de Inhomirim, era neto de escrava. Seu discurso contra a escravidão discorre com a mesma naturalidade tanto sobre as desvantagens da instituição quanto sobre os meios empregados para tirar dela maior benefício. Os suplícios não são rejeitados por serem desumanos, mas por serem ineficientes.

Não ignoramos aqui que a realidade brasileira exigia dos abolicionistas um discurso que privilegiasse o senhor em detrimento do escravo, mas o que se verifica é não haver, nessa conduta, o limite mínimo da preservação da natureza humana deste último. Isso nem sempre ocorria, em razão até mesmo dos conflitos internos provocados pela proximidade das duas classes.<sup>6</sup>

Ao criar uma imagem do negro escravizado, baseando-se na concepção ideológica senhorial, o autor do discurso, de certa forma, constrói também a sua própria imagem. Em oposição à selvageria, à indolência, à submissão, à promiscuidade, ele é a civilidade, a moral, a atividade, o domínio, a posse, a superioridade. Ele é o que o outro não é. Sem dar-se conta, talvez, de que nessa construção, ausentando-se o outro, a sua tão bem-construída imagem deixa de existir. Veremos isso bem elaborado no conto “O espelho”, de Machado de Assis, analisado em *Machado de Assis e a escravidão*.

Com este trabalho buscamos oferecer uma contribuição, ainda que pequena, ao estudo da personagem negra, seu múltiplo processo de construção — social, histórico e literário —, e nele, se possível, começar a desvelar a sua face na obra de Machado de Assis.

## NOTAS

<sup>1</sup> Tzvetan Todorov, *Nós e os outros: reflexão francesa sobre a diversidade humana*, p. 107.

<sup>2</sup> Paul Ricoeur, “L’identité narrative”, *Revue des Sciences Humaines*, nº 221.

<sup>3</sup> Ivor A. Richards, *Princípios de crítica literária*.

- <sup>4</sup> Paul Ricoeur, op. cit.
- <sup>5</sup> F. S. Torres-Homem, “Sobre a escravidão”, *Niteroy, Revista Brasiliense: Ciências, Letras e Artes*, p. 61 (grifo nosso).
- <sup>6</sup> Ver Célia M. M. Azevedo, “Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos EUA e do Brasil”, *Revista USP*, nº 28, 1996, pp. 96-109.

## PELO BOSQUE DAS HISTÓRIAS

### UM PASSEIO PELO BOSQUE DAS HISTÓRIAS (CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO NO BRASIL)

A história da humanidade nos dá conta de quão antiga é a instituição da escravidão. De certa forma, pode-se dizer que civilização e escravidão se apresentam sincronicamente na história.<sup>1</sup> Nem sempre, porém, essa instituição teve as mesmas características daquela vigente no Novo Mundo e sobretudo no Brasil.

Conforme Décio Freitas,<sup>2</sup> a escravidão nas sociedades primitivas, organizadas à base do parentesco e da linhagem, era do tipo patriarcal. O escravizado, geralmente prisioneiro de guerra, pertencia à comunidade e servia para suplementar a força de trabalho da mesma. A diferença fundamental é que senhores e escravizados trabalhavam e produziam juntos.

Na antigüidade arcaica, nas sociedades divididas em classes ou castas, a escravidão, apesar de assumir formas “inauditamente cruéis”,<sup>3</sup> não representava a base da produção social.

Juridicamente, este escravo da antigüidade arcaica ocupava na sociedade um lugar intermediário entre as pessoas e os bens. Não podia o amo dispor dele arbitrariamente como uma coisa. No aspecto econômico, a característica desta escravidão consistia em que a produção social não se baseava no trabalho escravo.<sup>4</sup>

Foi do modelo greco-romano que surgiu a escravidão instituída na América. Inicialmente, gregos e romanos conheceram a escravidão patriarcal. Depois, criou-se uma concepção jurídica da escravidão e o “escravo tornou-se homem-coisa, propriedade total e ilimitada do senhor”. O sistema escravista começou a decair por volta do século IV e foi substituído pelo sistema feudal.

Isso não representou, no entanto, o fim da escravidão. O sistema sobreviveu, primeiro nos estados germânicos da Alta Idade Média, abastecendo-se graças às guerras entre cristãos, ao tráfico de gauleses, bretões e saxões, e também por dívidas, conforme prescrevia a instituição romana. Por volta do século IX, desaparece do oeste europeu, mas viceja na periferia marítima, sobretudo na Grã-Bretanha. Em síntese, a escravidão persiste, e chegamos ao século XV com os venezianos traficando cristãos para o Estado Turco, e os portugueses, ao ver findar a fonte de escravos mouros, voltam-se para a dos africanos que, posteriormente, será introduzida no Brasil.

No Brasil, o regime escravocrata começa imediatamente após a descoberta, não com os escravos africanos, com que o sistema irá firmar-se mais tarde, mas com os índios nativos. Em princípio, o trabalho era conseguido de forma “amigável”, através do escambo. Quando isso não mais funcionava, os índios passaram a ser caçados, aprisionados e forçados a trabalhar na lavoura e nos primeiros engenhos.

Embora a escravidão indígena tenha persistido por muitos anos, ela não foi considerada suficiente para satisfazer as necessidades da colônia. As razões foram diversas. Os índios de algumas tribos eram originalmente seminômades e dedicavam-se à caça e à pesca. Eram, portanto, refratários ao trabalho agrícola e ao sedentarismo que lhes impunham os homens brancos.

A ocorrência de surtos epidêmicos e a destrabalização progressiva estancaram pouco a pouco os meios de reprodução dos grupos tribais, inviabilizando o necessário suprimento de mão-de-obra. Além disso, os índios, habituados à liberdade, estavam